

EXMO. SENHOR PRESIDENTE
 DA CÂMARA MUNICIPAL DA TROFA

LEGALIZAÇÃO						
REQUERENTE						
Nome						
Morada						
Freguesia		Código Postal	-			
N.º Identificação Fiscal		N.º Identificação Civil		Válido até	-	-
Código da Certidão Comercial Permanente						
Telefone		Telemóvel		Fax		
E-mail						
Autoriza o envio de notificações, no decorrer deste processo, para o endereço eletrónico indicado.						
Na qualidade de	Proprietário	Usufrutuário	Locatário	Superficiário	Outro	
REPRESENTANTE						
Nome						
N.º Identificação Fiscal		N.º Identificação Civil		Válido até	-	-
Na qualidade de	Mandatário	Sócio-gerente	Administrador	Outro		
PEDIDO						
Ao abrigo do disposto no artigo 102-A.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, e em conjugação com o n.º 3 do artigo 10.º do RMUE, vem requerer a V. Exa. a legalização de obras de edificação para o prédio infra identificado.						
Local						N.º
Freguesia						
Fração (ões)		Faseamento da construção				
Código da Certidão Predial Permanente						
Código da Certidão Predial Permanente (da Fração)						
Inscrição na Matriz		Conservatória do Registo Predial				
Tipo de obra						
ANTECEDENTES						
Não existem antecedentes processuais para o local em questão						
Informação Prévia N.º						
Alvará/Comunicação Prévia de Loteamento N.º						
Licença/Autorização/Comunicação Prévia de Construção N.º						
Licença/Autorização de Utilização N.º						

Processo de Fiscalização N.º	
Outro	

OBSERVAÇÕES

- a) Se o requerente for uma pessoa coletiva deverá ainda apresentar documento comprovativo de que o(s) subscritor(es) do pedido possuem poderes para a representar;
- b) As peças desenhadas deverão cumprir as Normas Portuguesas específicas sobre a matéria. As escalas utilizadas deverão ser as indicadas, admitindo-se, excecionalmente, outras escalas que, de acordo com as características do projeto, se mostrem mais adequadas à análise do mesmo;
- c) As plantas fornecidas pela Câmara Municipal são válidas pelo prazo de 1 ano, desde que não tenham ocorrido alterações aos instrumentos de planeamento. Nestas plantas, deverá ser rigorosamente identificado e assinalado o terreno objeto da operação, bem como a implantação da operação urbanística, sempre que a escala da planta o permita;
- d) Todas as peças escritas e desenhadas do projeto, incluindo as plantas fornecidas pela Câmara Municipal, deverão ser autenticadas através de assinatura digital qualificada do técnico autor do projeto;
- e) No caso de obras de alteração, reconstrução e ampliação em edifício existente, deverão apresentar-se não só as peças desenhadas relativas ao edificado existente atual, mas também relativas ao projeto conforme se encontra aprovado. Nos casos de licenciamentos anteriores a 1999, deverão ser apresentados os projeto(s) e alvará(s) emitidos pela Câmara Municipal de Santo Tirso;
- f) Quando se trate de obras de alteração, reconstrução e ampliação, deverá ser apresentada ficha das características da construção relativa à obra a executar, bem como ficha das características da construção com os valores finais;
- g) Nas situações previstas na alínea anterior, para além do projeto relativo à operação em questão, deverão ser apresentadas telas finais correspondentes ao projeto final;
- h) Caso o técnico responsável entenda que, em face das características da operação, poderá eventualmente ser desnecessária a apresentação de algum elemento, deverá apresentar exposição por escrito justificando de facto e de direito a dispensa;
- i) Os modelos de requerimento e os regulamentos municipais podem ser consultados no sítio da internet da Câmara Municipal www.mun-trofa.pt. Para qualquer esclarecimento poderá, ainda, contactar a Divisão de Planeamento, Urbanismo e Obras Particulares, através do número de telefone 252 209 490.

NOTAS

- a) A **instrução do processo** é efetuada de acordo com o estipulado no **Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, com a sua redação atual, em conjugação com o RMUE**, havendo lugar ao procedimento de **Saneamento e apreciação liminar** de acordo com o disposto no **artigo 11º do Decreto-lei n.º 136/2014 de 9 de setembro**.
- b) As instruções de preenchimento estão disponíveis no documento “Normas de instrução de processos (Obras Particulares)”, disponível em www.mun-trofa.pt

PEDE DEFERIMENTO

Assinatura		Data	-	-
------------	--	------	---	---

O subscritor, sob compromisso de honra e estando consciente de incorrer em eventual responsabilidade penal caso preste falsas declarações, declara que os dados constantes do presente requerimento correspondem à verdade.